II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

ANÁLISE DA ESTRUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SISMUMA) NO MUNICÍPIO DE MACAU – RN

Apresentação: Pôster

Carlos Vinícius Trindade Silva¹; John Lenon Vasconcelos Fonteles²; Uri Vanille Raiol da Silva³; Bruno Vinícios Silva de Araujo⁴; Karidja Kalliany Carlos de Freitas Moura⁵.

¹Pós-graduando em Gestão Ambiental pela Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ, camilo.agriambiental@gmail.com; ²Mestrando do programa de pós graduação em manejo de solo e água- UFERSA, Mossoró-RN, Brasil- lenonce@gmail.com; ³Mestranda do programa de pós-graduação em produção animal – UFERSA, Mossoró- RN, Brasil- uri_raiol@hotmail.com; ⁴Graduando de medicina veterinária-UFERSA, Mossoró-RN, Brasil- brunovinicios.araujo@hotmail.com; ⁵Doutora em Ciências- UFERSA, Mossoró-RN, Brasil, karidja@ig.com.br.

Introdução

A preocupação dos municípios com o meio ambiente aparece, de maneira mais sólida, após a edição da Constituição Federal, em 1988, quando assumem o papel de entidade autônoma diante o sistema federativo. Com o advento da Carta Magna e a aprovação da Lei Nº 9638/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, a tutela do meio ambiente no Brasil teve um avanço importante do ponto de vista legal, principalmente no que diz respeito à descentralização da sua gestão. A partir de então, a União, os Estados e Municípios compartilham a responsabilidade de desempenhar funções administrativas e legislativas em matéria ambiental.

Mesmo depois de décadas de consolidação dos instrumentos da política ambiental, ainda são grandes as dificuldades dos municípios com relação à implantação de uma política de meio ambiente e de como operacionaliza-la por meio de ações que garantam a qualidade ambiental. Este é um dos maiores enfrentados pelas administrações municipais e pela sociedade civil (CEPAM, 2007).

---

¹ Curso, Instituição, e-mail

² Curso, Instituição e-mail

³ Curso, Instituição, e-mail

⁴ Curso, Instituição, e-mail

⁵ Titulação, Instituição, e-mail

Baseado neste contexto, essa pesquisa, teve como objetivos analisar o sistema municipal de meio ambiente no município de Macau – RN, bem como, identificar os órgãos e entidades integrantes do SISMUMA.

Fundamentação Teórica

A esfera municipal deve assumir o seu papel constitucional de zelar pelo meio ambiente, tomando a decisão de envolver-se com o tema e capacitando-se através da instituição de um Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA. Este sistema é composto por um conjunto de órgãos e entidades do Município que são responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais, dentro da sua competência (ÁVILA e MALHEIROS, 2012).

No âmbito do poder público, a promoção da gestão ambiental significa internalizar nas políticas públicas mecanismos que se destinem a reduzir os impactos ambientais adversos e, ao mesmo tempo, fomentem o desenvolvimento sustentável. O Brasil dispõe de uma estrutura institucional instalada para a consecução de políticas e da gestão do meio ambiente. Vale salientar que essa estrutura está assentada sobre arcabouços legais, econômicos e sociais, constituindo formatos que evoluíram e que são reflexos da sociedade atual (PHILIPP JÚNIOS et al, 2005).

Metodologia

A pesquisa qualitativa desenvolvida no presente estudo pode ser classificada como exploratória. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa tem como finalidade, desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. A pesquisa exploratória é desenvolvida para se ter uma visão geral ou aproximada acerca de determinado fato.

Quanto ao delineamento da pesquisa, pode-se dizer que esta é bibliográfica e documental, pois se realizou a coleta de informações constantes na bibliografia relacionada com tema proposto e em determinadas leis municipais, que são elementos estruturantes do SISMUMA no município de Macau. Como consequente, se buscou realizar o cruzamento destas informações objetivando caracterizar e analisar a estrutura desse sistema.

Com base nesse argumento foram analisadas as seguintes leis municipais:

- Lei Orgânica do Município de Macau.
- Lei nº 883/2003 – Dispõe sobre o Código do Meio Ambiente do Município de Macau.
- Lei nº 703/1994 – Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Resultados e Discussões

A Lei Orgânica do Município de Macau, de 03 de abril de 1990, trouxe aspectos inovadores em matéria ambiental, evidenciou a percepção dos legisladores, que na ocasião observaram elementos fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Meio Ambiente e demais dispositivos legais para produzirem a Constituição Local. De acordo com Milaré (1999), no “contexto jurídico-legal, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu os municípios, elevando-os à condição de partícipes da Federação, como entes federativos regidos por leis orgânicas próprias” (MILARÉ, 1999, p. 41).

O Código do Meio Ambiente do Município de Macau instituído pela Lei nº 883/2003, regula os deveres, direitos e obrigações de ordem pública e privada concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais, é o instrumento legal que instituiu a Política Ambiental do Município de Macau.

Com relação à estrutura do Sistema Municipal de Controle e Preservação do Meio Ambiente, percebe-se que o fundo municipal de meio ambiente não é um componente estruturante. No entanto, o Código do Meio Ambiente do Município de Macau, em seu artigo 101, trata da criação do Fundo Único do Meio Ambiente do Município de Macau – FUMAM, também menciona que os recursos destinados ao fundo serão gerenciados pelo CONDEMA.

Portanto, mesmo não estando incluso no referido sistema municipal, de acordo com o código de meio ambiente, em termos de operacionalização o FUMAM é um componente intrínseco ao Sistema Municipal de Controle e Preservação do Meio Ambiente, pois a gestão de seus recursos é de responsabilidade do Conselho de Meio Ambiente.

O CONDEMA foi criado por meio da Lei Municipal nº 703/1994, de acordo com o seu artigo primeiro, este conselho é um órgão consultivo e de assessoramento da prefeitura municipal de Macau, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate às agressões ambientais em toda área do município (MACAU, 1994).

Percebe-se que a criação do conselho de meio ambiente no município Macau é anterior ao código de meio ambiente deste, evidenciando o que pode ter sido a construção de uma política ambiental municipal baseada em princípios de gestão participativa.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Macau é o órgão central da estrutura do SISMUMA deste município, conforme mencionado anteriormente. Além das

atribuições citadas nos parágrafos anteriores, é de competência da SEDUMA, de acordo com o código de meio ambiente, a adoção de medidas legais e administrativas necessárias à proteção do meio ambiente e a prevenção da degradação ambiental, de qualquer origem e natureza mediante a execução da política ambiental municipal (MACAU, 2003).

No entanto a Lei Municipal nº 1.052/2010, que dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo do Município de Macau e estabelece diretrizes de gestão, menciona que a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento sustentável – SEPLAN tem a finalidade de executar as funções de planejamento e desenvolvimento sustentável do município, assim como inclui outras competências.

O Fundo único do Meio Ambiente do Município de Macau (FUMAM) foi criado no âmbito do Código do Meio ambiente de Macau, em seu artigo 101. O Fundo é destinado à implementação de projetos de melhoria da qualidade ambiental do município, sendo que os recursos financeiros devem ser aplicados prioritariamente em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico de apoio editorial e de educação ambiental, vedado o uso de destes para qualquer outro fim. A gestão financeira é feita pelo CONDEMA, sob supervisão direta do seu presidente (MACAU, 2003).

É mister salientar que o ato de criação do Fundo de Meio ambiente não garante autonomia financeira das ações relacionadas ao meio ambiente, sendo necessário que o município crie estratégias para a alocação de recursos financeiros que serão destinados à estas. Dessa forma o SISMUMA poderá ter caráter dinâmico, tornando-se operacional, abandonando a característica de um aparato dissociado de órgãos, entidades e dispositivos legais ou normativos.

Conclusões

O município de Macau-RN dispõe do Sistema Municipal de Controle e Preservação do Meio Ambiente que possui um escopo estrutural que obedece a mesma lógica dos fundamentos do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA. Percebe-se que os pilares desse sistema: o CONDEMA, a SEPLAN e o FUMAM, estão assentados numa plataforma jurídica e administrativa que favorece a sua operacionalização.

Referências

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. O sistema municipal de meio ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde soc.** v.21, supl.3, p. 33-47, 2012.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981.

_____. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasil, 12 de fevereiro de 1998.

CONDEMA – Conselho Municipal de defesa do Meio Ambiente. **Resolução nº 001/07**. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Macau e dá outras providências. Macau, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MACAU. **Lei Orgânica do Município de Macau**, de 03 de abril de 1990. 1990.

MACAU. **Lei Municipal n. 703**, de 15 de julho de 1994. Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e dá outras providências. 1994.

MACAU. **Lei Municipal n. 883**, de 13 de novembro de 2003. Dispõe sobre o Código do Meio Ambiente do Município de Macau. 2003.

MACAU. **Lei Municipal n. 1.052**, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo do Município de Macau, estabelece diretrizes de gestão e dá outras providências. 2010.

MILARÉ, É. **Sistema municipal do meio ambiente - Sismuma: instrumentos legais e econômicos**. Revista de Direito Ambiental, v. 14, p. 38, 1999.

.